

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

Exmos. Vereadores.

Senhoras e Senhores Deputados Municipais.

O orçamento com que gerimos o ano que agora finda, 2014, foi um instrumento de trabalho que apelidamos de orçamento "ano zero", desde logo, porque, no nosso entendimento, quaisquer atrasos pós-eleitorais não podiam interferir na gestão da vida autárquica, levando no limite a uma governação em duodécimos e porque sentimos o apelo de trabalhar o melhor possível desde o primeiro momento e o orçamento é um instrumento fundamental.

Mas 2014 foi também um "ano zero" que pretendeu honrar compromissos assumidos pelo anterior executivo, sem, no entanto, deixar de criar novas ações, medidas e projetos.

Julgo com a devida dose de humildade, que os eleitos e decisores políticos devem ter, que conseguimos honrar compromissos e lançar a ponte para um futuro que queremos melhor para os Fafenses.

Para 2015 apresentamos um orçamento que é resultado da ponderação de diversas variáveis, todas elas tidas em conta.

Um orçamento construído debaixo do atual quadro nacional de grandes dificuldades económicas e sociais e enfrentando os constrangimentos legais que são conhecidos. Constrangimentos que, se em muitos casos pretendem moralizar, e bem, a administração autárquica, também não é menos verdade que têm contribuído para reduzir fortemente a autonomia do poder local e a ação autárquica, quando esta é, inúmeras vezes, a primeira porta à qual recorrem as pessoas, em especial as mais desprotegidas.

Este orçamento para 2015 foi ainda desenhado com uma particularidade muito especial, a de planear o futuro sem saber qual o futuro dos fundos comunitários - todos sabemos o quanto é importante planear com o máximo de dados em cima da mesa para se trabalhar de forma séria e consistente.

1
Lacido
15/07/15
M. J. P.
M. J. P.
M. J. P.
M. J. P.
M. J. P.

Estas dificuldades são a realidade com que temos de viver e, apesar de tornarem o caminho mais duro, não vão, por um momento, por em causa a forma e o conteúdo do contributo que estamos empenhados em dar à nossa terra e às nossas gentes, com a firme certeza, que, como desde o primeiro minuto, aceitamos, com muito orgulho, o desafio de fazermos o melhor, sempre.

Mas este é também um orçamento que foi construído, tendo por base um conjunto de princípios e valores, desde logo, contando com a participação ativa das várias forças políticas eleitas, que tiveram a oportunidade de nos fazer chegar propostas e ideias.

Contou também com um forte contributo dos Presidentes de Junta, homens e mulheres que diariamente estão no terreno dando o melhor do seu esforço no serviço público.

Das visitas que efetuei, a meio do ano, a todas as freguesias tive a possibilidade de ver, ouvir, falar com todos eles e, principalmente, registar os anseios, preocupações e necessidades das suas populações.

Será demagógico dizer que com este orçamento, a todos poderemos acudir de imediato e em toda a linha do que foi solicitado, não podemos, mas faremos já um esforço assinalável ao transferirmos, em 2015, 2,7 milhões de euros para as juntas de freguesia, o que representa um crescimento superior a 140% em relação ao ano anterior para investimento e delegação de competências para limpeza das vias municipais.

Este valor de transferências para as juntas de freguesia até ao fim do mandato, será superior a 8 milhões de euros para fazer face a obras que se demonstrem necessárias, sem esquecer os investimentos diretos que a autarquia ainda realizará na ordem dos 4 milhões de euros, tudo isto com base na reorganização e distribuição de fundos com base em critérios concretos e objetivos.

Mas se a participação das forças políticas e das juntas de freguesia foi importante na construção deste orçamento não é de menor importância a opinião e a escolha dos Fafenses, que vão contar com a implementação de todos os procedimentos para lançarmos o orçamento participativo já em 2015, de forma a ter efeitos práticos em 2016, dando assim resposta a mais uma das medidas do meu compromisso eleitoral com os fafenses.

2
Paião
Vot
M. J. J.
Lemos
J
Lemos

Este é, de resto, um orçamento muito centrado nas pessoas, nas suas dificuldades e anseios e na resolução de problemas, procurando dar respostas que o estado central não dá, nem tem para dar.

Num orçamento de 31, 5 milhões de euros, mais de 7, 5 milhões serão destinados a funções sociais como educação, saúde, habitação, bolsas e programas sociais que procurarão amenizar as dificuldades que muitos fafenses sentem no seu dia-a-dia.

Mas não basta apoiar socialmente quem mais precisa, é igualmente importante criar condições para potenciar o investimento, a criação de empresas e de emprego e este orçamento é fortemente orientado para o investimento e desenvolvimento económico, dotando o gabinete de apoio ao Empresário (GAE) com meios e mecanismos próprios, ao direcionar a totalidade da receita da derrama, que se manterá inalterada, para projetos concretos, desde logo, com a criação de duas novas zonas industriais: Arões / Golães e Regadas, representando um investimento na ordem dos 400 mil euros.

O apoio às empresas e empresários não ficará por aqui. Em 2015 lançaremos um programa de apoio e incentivo ao empreendedorismo e iremos aderir ao financiamento e crédito às empresas, conhecido por FINICIA, que facilita o acesso a soluções de financiamento e ainda de assistência a projetos empresariais a se reconheça valor, diferenciação e potencial de valorização económica para o concelho.

No entanto, para que estejamos aptos a receber investimento, temos de continuar a diferenciar o que é nosso e a fazer da cultura, do desporto e do turismo, fatores de promoção territorial, que nos tornem mais competitivos neste mundo, onde os territórios se impõem pela sua capacidade de se diferenciarem e competirem entre si.

Fafe terá com este Plano e Orçamento para 2015 um instrumento válido de trabalho com uma política fiscal realista que pretende dar resposta a desafios concretos que se colocam ao Município, mantendo, desde logo, a equidade, ao garantir o IMI no valor mais baixo possível (0,3%) por se tratar de um imposto que afeta milhares de famílias nas mais variadas condições económicas.

Manteremos inalterada a política de devolução e 2% do IRS bem como a taxa de derrama, canalizando toda a receita para as medidas de apoio e incentivo às empresas e à criação de emprego.

3
3
Linha
Vice
27
Hugo
Miguel
Stam
B
E

